

IN NOMINE DEI – O ARTIGO “O FATOR DEUS” MARXIANAMENTE ENCENADO

VERA LOPES DA SILVA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Resumo: Este artigo faz parte de um conjunto de estudos sobre José Saramago como leitor de Karl Marx. Nestas páginas, refletimos acerca da causa o “fator Deus”, tomando-o como um tema saramaguiano perturbador, desenvolvido em suas obras sobre o alicerce da categoria ideologia, conforme o pensamento marxista. Essa premissa sustenta a conclusão de que o ensaio “O fator Deus”, publicado no jornal Folha de S. Paulo, que elucida “que precisamente por causa e em nome de Deus é que se tem permitido e justificado tudo” (Saramago, 2001), e a construção estética da peça teatral *In nomine Dei* (1993) são iluminados pela seguinte fala de Karl Marx: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (2011, 25).

Palavras-chave: Saramago, Marx, Ideologia, Ensaio, Peça teatral

Abstract: This article is part of a group of studies on José Saramago as a reader of Karl Marx. In these pages, we ponder over the “God factor” cause, approaching it as a disturbing theme of Saramago, developed in his works over the foundation of “ideology” as a category under Marxist thought. This premise supports the conclusion that the essay “The God factor”, published in the newspaper Folha de S. Paulo, which elucidates that “everything has been allowed precisely because of and justified in the name of God” (Saramago, 2001), and the aesthetic making of the theatre play *In nomine Dei* (1993) are both enlightened by the following quote from Karl Marx: “men make their own history, but they do not make it just as they please; they do not make it under circumstances chosen by themselves, but under circumstances directly encountered, given and transmitted from the past” (2011, 25).

Keywords: Saramago, Marx, Ideology, Essay, Theatre play

Introdução

Chegou uma cópia da segunda edição de *In nomine Dei*. Mais cinco mil exemplares, que se vão juntar aos dez mil da edição inicial. Pergunto: que se passa, para que uma peça de teatro atraia tanta gente? Já não é só o romance que interessa aos leitores? Terá isto que ver, apenas, com a simples fidelidade de quem se habituou a ler-me? Ou será que, neste tempo de violência e frivolidades, as “questões grandes” continuam a roer a alma, ou o espírito, ou a inteligência (“moer o juízo” é uma expressão com muito mais força) daqueles que não querem conformar-se? ... Se assim é, espero que venham a sentir-se bem servidos com o *Ensaio sobre a Cegueira*...

— José Saramago, *Cadernos de Lanzarote: Diário I*

A reflexão de José Saramago sobre a peça teatral *In nomine Dei* (1993), registrada em *Cadernos de Lanzarote: Diário I* (1994), tem a peculiaridade de fazer um tecido de considerações em forma de questionamentos, estratégia da qual emana a perplexidade do autor — e simultaneamente reflexões desafiadoras para o leitor. Interessa para este estudo a última indagação provocativa: “Ou será que, neste tempo de violência e frivolidades, as ‘questões grandes’ continuam a roer a alma, ou o espírito, ou a inteligência (‘moer o juízo’ é uma expressão com muito mais força) daqueles que não querem conformar-se?” (Saramago, 1994, 15).

Muitas “questões grandes” perpassam a peça de 1993, entre elas, uma que Saramago denuncia recorrentemente em suas obras e sobre a qual construirá um ensaio oito anos depois, cujo título a encerra: “O fator Deus” (Saramago, 2001).

Em rota contrária no tempo, e entrelaçando discurso e estética, começamos este artigo pela segunda publicação e seguimos para a primeira, de modo a cumprir o objetivo a que nos propomos, qual seja, o de refletir acerca da causa o “fator Deus”, tomando-o como um tema saramaguiano que rói o juízo, solidificado pela categoria ideologia, conforme o pensamento marxista. Essa premissa sustenta a conclusão a que chegamos e que neste artigo deixaremos registrada: a de que o ensaio publicado no jornal Folha de S.Paulo, que elucida “que precisamente por causa e em nome de Deus é que se tem permitido e justificado tudo”

(Saramago, 2001), e a construção estética da peça teatral *In nomine Dei* são iluminados pela seguinte fala de Karl Marx: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (2011,25). A recíproca também ocorre, pois a frase marxiana se ilumina pelo ensaio e pela peça.

Essa mutualidade pode ser encontrada em outras obras de José Saramago e tem sido nosso constante objeto de estudos. O discurso “Da estátua à pedra” é o texto que desencadeou a pesquisa, haja vista nele se manifestar algo que sai da descrição (fase da estátua) e penetra mais profundamente na pedra, posição análoga ao método de Karl Marx, que percorre o caminho de análise da aparência à essência, conforme nos esclarece José Paulo Netto (2011).

Nessa esteira, atentamos para o teor do trecho posto neste trabalho como epígrafe, pois ele anuncia que *Ensaio sobre a Cegueira* (1995) será uma obra que vai agudizar o incômodo causado por *In nomine Dei*, de modo que, parece-nos, uma teia de provocações está sendo construída. Em ambas as obras, o norte teórico são os estudos de Marx, esteticamente recompostos. O artigo “Ensaio sobre a cegueira e Ensaio sobre a lucidez: estética e engajamento promovidos por José Saramago, leitor de Karl Marx” (Lopes, 2022) trata dessa relação estético-científica, e, junto a este que agora se apresenta, compõe a investigação que se debruça sobre a intrínseca relação entre o literato e o cientista.

As ideias do pensador, então, nutrem as reflexões emanantes dos dois textos saramaguianos que estão em estudo neste artigo e forjam a constituição do autor português. Sendo assim, para levar a cabo a proposta, tomaremos como fonte teórica o cientista Karl Marx, em especial as obras *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital* (2013); *A ideologia alemã* (2007), *Contribuição à crítica da ideologia alemã* (2008) e *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (2011). Fornecerá mais esclarecimentos o estudioso marxista Mauro Iasi, em *Política, Estado e Ideologia* (2017) e *Ensaio sobre consciência e emancipação* (2011).

O “fator Deus”, um elemento ideológico

José Saramago, em seu contundente ensaio “O fator Deus”, narra quatro cenas de horror: britânicos estilham rebeldes em algum lugar da Índia; soldados portugueses despedaçam o corpo de um negro guerrilheiro em algum lugar de Angola; israelenses esfacelam a marteladas a mão de um palestino que lhes havia jogado pedras em algum lugar

de Israel; terroristas atrelados ao integrismo islâmico lançam seus próprios aviões contra as torres do World Trade Center em Nova York, soterrando e matando inúmeras pessoas.

O que há de diferente entre esses crimes?

Segundo o próprio autor, as três primeiras cenas “atiram-nos o horror à cara” (2001), porque o cenário é vivo, sem pudores, carregado de satisfação. A quarta, no entanto, apresenta-se como uma sensação de irrealidade, como se fosse um episódio cinematográfico, impressão desfeita aos poucos, quando cabeças, pernas e braços vão sendo retiradas dos escombros, assombrosamente.

O que há de comum entre esses crimes?

A monotonia da ação, repetida ao longo dos tempos, sempre sob formas ignominiosas, de Hiroshima ao genocídio de Ruanda, fato tão violento, que se alcinhou ao espaço — Ruanda-de-um-milhão-de-mortos—, epíteto que, contraditoriamente, banaliza o acontecimento.

Apontando diferenças e semelhanças, Saramago não hierarquiza as formas de horror no exercício constante de matanças, exceto em uma condição: “uma delas, a mais criminosa, a mais absurda, a que mais ofende a simples razão, é aquela que, desde o princípio dos tempos e das civilizações, tem mandado matar em nome de Deus” (Saramago, 2001).

A voz que se levanta contra esse modo de aplicar o terror continua seu discurso, denunciando o jogo político-religioso que se impõe sobre a sociedade. Retoma o exemplo medieval, quando catolicismo e Estado pactuavam no movimento da Inquisição, e o atualiza, conforme a prática do atual talibã, que dominava o Afeganistão à época da escrita do ensaio, 2001, e que retoma esse poder desde 2021. A essa exemplificação tão material subjaz a associação entre as superestruturas Estado e Religião, que atuam ideologicamente, sobredeterminando a consciência social, conforme as ideias de Marx, de maneira que os exemplos nos contam que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser social; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2008, 47). O ser social, aqui, é, justamente, aquele cuja história não se escreve pela sua livre vontade, mas sim a partir das escolhas “com que se se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2011, 25).

Nessa esteira, Saramago, por meio da sequência descritivo-factual, chega ao “fator Deus”, esse agente impulsionador que “tem intoxicado o pensamento e aberto as portas às intolerâncias mais sórdidas, esse que não respeita senão aquilo em que manda crer” (Saramago, 2001). A passagem anuncia a tese de que a intolerância religiosa escamoteia uma causa real para os conflitos, o “fator Deus”, esse uma circunstância em meio àquelas legadas

e transmitidas pelo passado, numa corrente de constituição social que determina a consciência dos homens. Toda essa situação será encenada na peça teatral *In nomine Dei*.

Sendo um agente, o “fator Deus” é uma das formas de engenho humano para o exercício de assassinatos, “uma das piores maneiras que seres humanos foram capazes de *inventar*” (Saramago, 2001) (itálico nosso), verbo que implica habilidades singulares dos seres humanos, manifestas social e historicamente, como é o caso dos exemplos de ontem e hoje dados pelo autor, a Inquisição e os talebanes, esses que “prometeram-nos paraísos e ameaçaram-nos com infernos, tão falsos uns como outros, insultos descarados a uma inteligência e a um sentido comum que tanto trabalho nos deram a *criar*” (Saramago, 2001) (itálico nosso).

A denúncia que se apresenta no artigo como um todo e é demarcada nas passagens citadas está em consonância com o pensamento de Marx, que afirma:

Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem faz a religião, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o homem não é um ser abstrato, acororado fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular, seu *point d'honneur* espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua base geral de consolação e de justificação. Ela é a realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião. (Marx, 2010, 145)

No trecho, Marx analisa a inventividade humana no que se refere à imagem divina, algo no plano da abstração e produzido pelos interesses do Estado e da sociedade, portanto sob sua orientação ideológica, que promove uma consciência invertida do mundo, reflexão com a qual Saramago dialoga ao denunciar o adverso à natureza humana que culmina com o “fator Deus”.

Assim, duas questões podem ser consideradas a partir dessa breve paráfrase comentada do ensaio de Saramago publicado no jornal Folha de S. Paulo: a primeira é a

capacidade de inventar, de criar, ser constitutiva da natureza humana; a segunda é tal capacidade ser condicionada por circunstâncias sociais com que os homens se defrontam diretamente e que os levam a perceber em si apenas uma aparência inversa de si, o inumano.

Sob a égide da sociedade a que pertence, o homem cria Deus e atende ao “fator Deus”, sendo Deus um inocente,

inocente como algo que não existe, que não existiu nem existirá nunca, inocente de haver criado um universo inteiro para colocar nele seres capazes de cometer os maiores crimes para logo virem justificar-se dizendo que são celebrações do seu poder e da sua glória, enquanto os mortos se vão acumulando, estes das torres gêmeas de Nova York, e todos os outros que, em nome de um Deus tornado assassino *pela vontade e pela ação dos homens*, cobriram e teimam em cobrir de terror e sangue as páginas da história. Os deuses, acho eu, só existem no cérebro humano, prosperam ou definham *dentro do mesmo universo que os inventou*, mas o “fator Deus”, esse, está presente na vida *como* se efetivamente fosse o dono e senhor dela. (Saramago, 2001) (itálicos nossos)

Seguindo o diálogo entre Saramago e Marx, considera-se que o uso da conjunção conformativa (“mas o ‘fator Deus’, esse, está presente na vida *como* se efetivamente fosse o dono e senhor dela”), ilumina a existência de um processo artificial na constituição da vida humana, porém naturalizado — portanto, ideológico —, e denuncia que as matanças não se dão por livre arbítrio das pessoas, mas na produção social da própria vida. Esse processo, mediado por relações de produção que conformam todas as demais relações sociais do conjunto da sociedade, forja o ser social. Nas palavras de Marx

Os homens entram em relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. (...) A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas,

políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. (Marx, 2008, 47-48)

Parece-nos claro que podemos condicionar o Fator Deus saramaguiano ao conjunto das formas ideológicas suportadas na superestrutura marxiana. Assim, ideologia aqui não é um conceito tratado como um conjunto de ideias, de acordo com o uso cotidiano do termo, conforme se vê no senso comum, mas como uma *categoria* desenvolvida por Karl Marx em ligação com a divisão de classes “e a forma particular que a classe dominante elabora e difunde de sua visão de mundo, buscando torná-la universal. Mais que isso, quando essas ideias manifestam relações de dominação e subordinação de uma classe em relação à outra” (Iasi, 2011, 78).

Mauro Iasi (2011, 79) nos orienta para a reflexão de que o uso recorrente do termo como ciência das ideias ou teoria geral das ideias se vincula ao pensamento de Antoine Destruitt de Tracy, pautado na condição burguesa de mundo, cuja orientação é para que essas ideias sejam universais, portanto, perpassando tempos e espaços, genericamente, sem basear-se em questões relativas a classes ou a grupos sociais. Marx e Engels, na contramão desse conceito que se infiltra e torna-se senso comum, afirmam em *A ideologia alemã* que

as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (2007, 47)

Continuamos usufruindo do “Prefácio” da obra *Contribuição à crítica da economia política*, que, sob essa égide, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (2008, 47) e, assim, o religioso, o que nos permite assegurar o

claro paralelismo com o fator Deus, condicionante político-religioso que expressa a ideologia dominante.

Dando passos nessas reflexões, vamos usufruir dos desdobramentos da afirmativa de Marx e Engels elaborados por Mauro Iasi (2017, 101-102):

1) Ao afirmarem que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante,

os autores introduzem a concepção que desnaturaliza a forma imanente dos valores e ideias que constituem uma determinada consciência social. As ideias dominantes são as ideias da classe dominante em cada período, mas seu poder (inclusive no campo das ideias) vem do fato de serem “materialmente dominantes”; uma classe não é dominante porque universalizou suas ideias, mas universalizou suas ideias porque é classe dominante.

2) As ideias dominantes expressam idealmente as relações sociais dominantes, pois

o poder dessas ideias deriva das relações de onde provêm; são essas relações (de produção e formas de propriedade) que determinam o poder de uma classe, que a fazem dominante, e não suas ideias; estas apenas expressam idealmente (ideologicamente) esse poder.

3) As relações dominantes são apreendidas como ideias, de forma que

não basta que as relações dominantes sejam expressão das relações dominantes, estamos falando dessas relações tal como são apreendidas como ideias, isto é, as relações transmudadas em conteúdo e forma ideal de valores, de juízos, de conceitos, normas de conduta, de preceitos religiosos, ou seja, não se apresentam diretamente como as relações de onde partiram, mas na mediação ideal que nem sempre revela diretamente em espírito sua carne.

4) A expressão das relações faz de uma classe a classe dominante, afirmação que

remete para a dimensão prática que não pode ser alterada pela mera crítica, pelo trabalho da consciência, mas pela ação capaz de altear as relações que fazem de uma classe a classe dominante; pode-se trocar a expressão (ideias) e manter a substância (relações).

5) A expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante são as ideias de sua dominação, o que significa que

essas ideias podem agir no sentido de garantir, reproduzir e reforçar as relações de dominação das quais são expressão; nesse sentido não são meras expressões, mas têm função prática na perpetuação da dominação.

O esquadramento de Iasi acerca da reflexão de Marx e Engels nos orienta para a percepção de que o “fator Deus” tem sido agente em tempos e espaços diversos, sempre ideologicamente posto: a classe dominante representada pela sua forma política, o Estado(e/ou a ele associada) inglês, português, israelense, estadunidense, islâmico, ou qualquer outro que seja, pertencente a qualquer tempo, constrói e universaliza suas ideias, estas que expressam o poder dessa classe, de forma que as relações sociais sejam apreendidas como ideias. Disso decorre que essas ideias sejam “transmudadas em conteúdo e forma ideal de valores, de juízos, de conceitos, normas de conduta, de preceitos religiosos, garantindo assim a ação do homem comum” (Iasi, 2017, 102), o que determina à classe dominada ser capaz de cumprir as ações descritas por Saramago (matar, torturar, aterrorizar), subjugada que está pela expressão das ideias das relações de dominação, garantindo-as, reproduzindo-as e reforçando-as. Assim o “fator Deus” é empunhado, torna-se bandeira em nome da qual se forma o que Saramago descreve como o “monstruoso conúbio pactuado entre a religião e o Estado contra a liberdade de consciência e conterà o mais humano dos direitos: o direito a dizer não, o direito à heresia, o direito a escolher outra coisa, que isso só a palavra heresia significa” (Saramago, 2001).

O “fator Deus” encenado

É esse domínio ideológico que está nos bastidores de *In nomine Dei*, peça teatral de José Saramago, publicada em 1993, erigida em consonância com o pensamento marxista.

Seu enredo se baseia no fato histórico que se passa entre 1532 e 1535, na cidade alemã de Münster, onde se confrontavam católicos e protestantes, arrolados a uma perspectiva teocrática. Denominada como a rebelião de Münster, consistiu na tentativa dos anabaptistas radicais chefiados por Melchior Hoffman de se consolidarem no governo da cidade alemã até então sob o comando do Príncipe-Bispado de Münster no Sacro Império Romano.

A peça encena luteranos se propondo à tomada das igrejas católicas e do Conselho Municipal, este sob domínio católico, do que decorre uma chacina fomentada em nome de Deus. À sombra dessa condição, horrores são praticados sob a alegação de que são ordenamentos de Deus, pretexto de católicos e protestantes, os quais se determinam ao extermínio recíproco para sua sobrevivência no poder. Fé e política, então, entrecruzam-se com fins na assunção do poder de certo Deus. Embora os grupos sejam cristãos, o que deveria irmaná-los, ambos angariam o poder, dividindo a religião cristã em duas vertentes inimigas, o que implica a invenção de um Deus cristão-protestante e de um Deus cristão-católico. A existência de um segmento pressupõe, assim, a inexistência do outro. Esse Deus bipartido é, portanto, o exterminador do presente daquela época, alocado nas armas dos crentes de um lado e de outro.

Podemos afirmar que esse movimento atende às relações de produção material da sociedade de então, quando está se processando a revolução burguesa determinada pelo advento da mercadorização? Embora essas relações não sejam nosso objeto de estudo, a informação cabe para esclarecer que as formas jurídicas, políticas e religiosas são superestruturas que se erguem como agentes criadores de consciências, de racionalidades, de crenças, forjadas a partir das relações sociais de produção do momento histórico específico. Essa fase, bem descrita por Marx como “A assim chamada acumulação primitiva”, marca o violento “processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (Marx, 2013, 786). Essa separação, que marca a transição do sistema feudal para a sociedade, exigiu que o produtor direto, trabalhador servo ou vassalo de algum senhor se convertesse em trabalhador livre para vender sua força de trabalho, expropriado de todos os meios necessários para sua sobrevivência. Com isso,

o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-

libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (Marx, 2013, 787)

Trata-se daqueles que, para se apoderarem do comando político, representado pelo novo Estado que surge, o Estado Moderno, usufruem ideologicamente do discurso religioso promotor da ideia do extermínio como um desígnio divino.

Toda a peça teatral difunde essa condição ideológica. Entretanto, para dar conta deste estudo, escolhemos apenas três passagens entre as que fornecem evidências da premissa a que nos propomos, qual seja, a de que o “fator Deus” é um tema saramaguiano que rói o juízo, solidificado pela categoria ideologia, conforme o pensamento marxista.

Na primeira passagem selecionada, dialogam o coro de sacerdotes católicos; o chefe da oposição anticlerical em Münster, o anabaptista Knipperdollinck; e Rothmann, um pregador também anabaptista, líder dessa linha religiosa:

CORO DE ECLESIASTICOS

Não continues, Rothmann, por de mais conhecemos esses e outros artigos com que tu e teus acreditas poder reduzir a Igreja Católica.

Falas de língua do povo, e nós perguntamos-te: Que vem a ser isso a que chamas língua do povo, se está escrito que Deus confundiu em Babilônia, para que não se compreendessem uns aos outros, as línguas dos que construíram a torre?

Não devemos concluir daqui que Deus queria que as suas criaturas Lhe falassem numa só língua?

ROTHMANN

Não há poder que prevaleça contra a vontade do Senhor.

Bastaria o mais ligeiro sopro Seu para que se derrubasse a torre em Babel e ficassem sepultados debaixo dela os presunçosos construtores.

Mas Deus, misericordioso, só quis confundir-lhes as línguas,

Para que em todas tivessem os homens de adorá-Lo no futuro.

E não no vosso latim, que nenhum povo fala.

CORO DE ECLESIASTICOS

Os teus argumentos são sofismas, Rothmann.

De nada te servirá a retórica quando formos chamados à presença do
Deus que nos julgará.

ROTHMANN

Quando estivermos diante de Deus, até o meu silêncio soará mais alto que
todo o vosso latim.

KNIPPERDOLLINCK

Há um tempo para ser novo e um tempo para ser velho, um tempo para
discutir e um tempo para decidir.

Bem vedes, católicos, que as vossas razões não nos convencem, depois do
mau uso que delas andais a fazer há mil e quinhentos anos e da perversa
maneira como as defendeis hoje.

CORO DE ECLESIAÍSTICOS

Não temos do nosso lado só a autoridade da Igreja, temos também o favor
dos príncipes e dos ricos.

ROTHMANN

Esse favor não o teve Jesus nunca, nem na vida nem na morte.

CORO DE ECLESIAÍSTICOS

E o Imperador protege-nos. (Saramago, 1993, 20-21)

É importante que se percebam as camadas que se entrelaçam no ilustrativo diálogo: o problema não se situa na intolerância religiosa, como pode tentar parecer o combate de palavras. Crer nisso é apenas crer na aparência da situação. Em essência, há uma outra camada, a que denuncia a conduta determinada, orientada pelas classes dominantes de então, as igrejas católica e protestante, e o poder político-econômico — aquela ainda detentora do gerenciamento maior, associada à nobreza e aos abastados, conforme anuncia o coro de eclesiásticos; e esta em disputa pela mesma condição. Pode-se dizer, então, que o discurso religioso é uma farsa encenada pelos personagens para a manutenção ou destituição de um dos segmentos políticos. Essa farsa é desmascarada pelo artifício estético, que mostra o real de forma mais real.

Observemos que o teor religioso se enfraquece como elemento argumentativo, pois ambas as partes tomam como objeto o mesmo mito bíblico, a Torre de Babel. Os dois grupos se alicerçam na mesma seara de uma proposição divina construída à imagem e semelhança dos homens e de seus interesses. Para os católicos, a alegoria serve à fundamentação do uso

do latim durante a cerimônia do batismo, pois seria ele o idioma único e, portanto, compreendido por todos; para os protestantes, ela intuiria a negação da vontade de Deus, que pretendeu, ao confundir os homens com muitas línguas, que fosse amado em todas elas. A impossibilidade denotativa na percepção da fábula bíblica e a ausência de um argumento de autoridade favorecem muitos pesos e muitas medidas, proferidos todos em tom dogmático e, por isso, refutáveis *ad infinitum*. É por esse viés que consideramos a intolerância como uma camada aparente do problema que, em essência, se revela como estratégia ideológica, cuja proposição é levar os seguidores a reagirem conforme os interesses dos grupos dominantes, alienando-os de sua condição humana. Assim, no debate, cada um tenta que suas razões sustentem sua conclusão, porém, elas não a sustentam. O que garante isso é a composição estética: embora os discursos dogmáticos pretendam ter a certeza em si mesmos, o enquadramento dos dois frente a frente evidencia seu grau de improbabilidade, autorizando ao leitor/espectador uma única interpretação: ambos os discursos são falaciosos. Por isso o texto rói o juízo, pois escancara ao leitor a iniludível situação diante de si: o “fator Deus” encenado diante de seus olhos. Segundo Umberto Eco, “podemos fazer afirmações verdadeiras sobre personagens literários porque aquilo que lhes acontece está registrado em texto, e um texto é como uma partitura musical” (2003, 19). No caso da peça em estudo, a partitura é uma representação ideológica, de forma que o ágon não se constitui de protagonistas e antagonistas, mas de uma reciprocidade de papéis que assim se fazem por interesse partidário, mas comum: o de estar no poder.

Os agentes religiosos do Cristianismo, detentores do poder (os católicos), ou aqueles que disputam por ele (os protestantes), o fazem de forma a enraizar seu discurso nos crentes, interiorizando-lhes ideias predeterminadas, constitutivas de uma lógica insultuosa, conforme critica Saramago em seu posterior ensaio: “Em troca prometeram-nos paraísos e ameaçaram-nos com infernos, tão falsos uns como outros, insultos descarados a uma inteligência e a um sentido comum que tanto trabalho nos deram a criar” (Saramago, 2001). Essa lógica os mantém na terra, dedicando seu tempo e seu espaço a lutas para favorecer “um conúbio pactuado entre a religião e o Estado contra a liberdade de consciência e contra o mais humano dos direitos: o direito a dizer não, o direito à heresia, o direito a escolher outra coisa, que isso só a palavra heresia significa” (Saramago, 2001).

Mauro Iasi, refletindo sobre as relações entre ideologia, consciência e alienação, esclarece que “quando, numa sociedade de classes, uma delas detém os meios de produção, tende a deter também os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas

ideológicas a respeito das relações sociais de produção que garantem sua dominação econômica” (Iasi, 2011, 21).

Essa reflexão de cunho marxista vinculada essencialmente às relações promovidas pelo capitalismo permite seu alargamento de forma a compreendemos que a disputa religiosa empreendida por segmentos do Cristianismo pretendia seu fortalecimento político e econômico, para que ambos os segmentos, católicos e protestantes, promovessem condições com a finalidade de que os homens tomassem a luta como sua, alienando-se à religião e alienando-se da sua própria condição humana.

Vejamos mais uma cena:

KNIPPERDOLLINCK

Um vento novo sopra nas terras baixas da Holanda e por todo o Norte da Alemanha.

A nossa alma escuta as palavras novas de Deus, o sopro da Sua boca queimamos o rosto.

O tempo é chegado de introduzir-se em Münster a Reforma.

CORO DE ECLESIÁSTICOS

Não fareis tal, o Conselho Municipal não tem poderes religiosos, e nós não permitiremos o abuso.

Devemos obediência ao bispo Franz Von Waldeck, a ele é que tereis de levar a vossa pretensão, e dele é que recebereis resposta.

KNIPPERDOLLINCK

Conhecemos de antemão o que nos diria Waldeck.

Mas, em Münster mandam os habitantes de Münster, e nós queremos a Reforma.

ROTHMANN

Sim, a Reforma, já.

SÍNDICO

A maioria dos conselheiros é católica.

Não esperes, pois, que o Conselho tome uma decisão que iria contra a vontade e a fé da maior parte dos seus membros.

ROTHMANN

Pois se assim é, nós vos obrigaremos pela força.

(Tumulto. Os teólogos refugiam-se na Catedral. À entrada da Igreja de S.Lamberto trava-se luta entre católicos e protestantes. Os católicos fogem, assim como os membros do Conselho Municipal. Vencedores, os protestantes entram na Igreja de S.Lamberto, levando ROTHMANN e KNIPPERDOLLINCK em triunfo.).(Saramago, 1993, 23-24)

A passagem nos interessa porque estampa a disputa política pela Reforma e o resultado da discussão que vinha se desenvolvendo tomando como argumento o mito da Torre de Babel. Na mesma esteira discursiva com interpretações ao bel prazer do enunciador, Knipperdollinck arvora-se de metáforas abstratas (o sopro de um vento novo, a escuta de novas palavras de Deus, a sensação de calor provocada por um sopro divino) ancoradas fora do mundo material, onde encontra sua base de justificação para o ataque que Rothmann ordenará em seguida, seguro de que de seu lado há os prontos a morrer, consoante afirma aos católicos: “Não penses em ordenar a esses soldados que nos ataquem. Aqueles de nós que morressem tornar-se-iam em arma e escudo nas mãos dos vivos, e contra ti iríamos todos juntos, os vivos e os mortos” (Saramago, 1993, 29).

A decisão desses homens de se tornarem arma e escudo dos protestantes (também assim se tornariam os católicos) ilustra o que nos ensina Marx, segundo os esclarecimentos de Mauro Iasi:

Na produção social da vida, os seres humanos respondem às contradições do real e à dinâmica das necessidades e, nesse intercâmbio com a natureza e entre os seres humanos, produzem juízos e valores ideais, normas de conduta, preceitos religiosos ou outra forma qualquer de objetivação ideal, que orienta sua ação, produz uma visão de mundo que lhe conforma e lhe garante pertencimento e identidade. (2017, 95)

A cena trata de denunciar que “própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado” (Marx e Engels, 2007, 37). Dessa forma, o leitor/espectador pode se pôr a perguntar: a quem interessa a transformação desses homens em arma e escudo?

O *granfinale* do debate acua o leitor/espectador, que, segundo ensina Umberto Eco (2003), descobre que certas coisas acontecem, e para sempre, de uma certa maneira, além dos seus próprios desejos (p.20). Ele não pode decidir o destino dos personagens e sente-se acutilado pela covarde situação a que são submetidos os moradores de Münster, violência

que se acentua nas cenas que se seguem e pelas quais é impedido de desviar-se do fato incontestável de que a fé não é o que move a situação, mas a ideologia que a condiciona.

Conclusão

No decorrer deste artigo, tentamos sustentar a conclusão de que o ensaio “O fator Deus”, publicado no jornal Folha de S. Paulo, materializa-se na encenação *In nomine Dei*, ambos os textos iluminados pelo seguinte pensamento marxista: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2011, 25).

Os argumentos foram propostos no sentido de demonstrar como o “fator Deus” é um tema saramaguiano que rói o juízo, pois tanto o ensaio quanto a peça teatral elucidam a questão: aquele, elencando horrores realizados em nome de Deus e instigando o leitor a ter a lucidez de assim os enxergar; esta, pelo comportamento discursivo histriônico dos personagens. O instrumento de José Saramago para consolidar na peça teatral esse tema que lhe é tão caro é o pensamento marxista, a categoria ideologia neste caso em especial.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels esclarecem que

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. Por exemplo, numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma “lei eterna”. (2007, 47)

O pensamento religioso que perpassa o horror de Münster reproduz os anseios da classe dominante de então, mantendo a relação Estado-Religião em constância, e a luta não altera nem forma nem conteúdo. Mesmo que os grupos religiosos em luta não sejam os

mesmos, os interesses entre eles são afins e revelam-se como elementos supraestruturais das mesmas condições materiais de produção. Assim a luta que se instaura entre as religiões é aparentemente religiosa, e Deus, um fator que instrumentaliza a luta, movido ideologicamente, de tal forma que o ser social determina a consciência dos homens.

Para ilustrar belamente essa percepção marxista, Saramago constrói uma personagem como Gertrud Von Utrecht, cuja lucidez chega a enternecer. Ela percebe o absurdo da guerra instaurada e compreende a perversidade dos algozes que encabeçam a luta, mesmo que sejam do lado religioso ao qual ela pertence:

Quereis matá-los de outra maneira.

Olhai como o céu se está carregando cada vez mais e já a neve começa a cair.

Antes que esses desgraçados possam encontrar um abrigo, cairão gelados, se logo os não degolarem, às portas da cidade, os soldados de Waldeck.

(Saramago, 1993, 66)

(...)

Salva-os, salva-os, olha esses velhos, olha essas crianças. (Saramago, 1993, 66-67)

Entretanto, mesmo ela não compreende a imposição ideológica que orchestra toda a ignomínia. Assim, também subjugada pela ideologia religiosa que sustenta as condições materiais de produção de seu momento histórico, o processamento da revolução burguesa que mercadoriza a sociedade, resta-lhe também abrigar-se na aura do fetichismo, conforme analogia feita por Marx para explicar o caráter fetichista da mercadoria. Ela refugia-se “na região nebulosa do mundo religioso” (Marx, 2013, 148), onde “os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens” (Marx, 2013, 148):

Deus tem na Sua mão direita uma taça e na Sua mão esquerda outra taça.

Na taça da mão direita guarda aquela parte do nosso sangue que os inimigos fizeram verter.

Na taça da mão esquerda está a outra parte do nosso sangue, a que nós próprios fizemos derramar.

Eis que a taça da mão esquerda deitou por fora com o sangue destas
vítimas.

Eis que está chegando o dia em que a taça da mão direita receberá o sangue
que ainda nos resta.

Senhor, por que foi que nos criaste? Senhor, por que nos abandonaste?

Gertrud Von Utrecht é ilustração generosa e compassiva de José Saramago. Por meio dela, o autor expressa a miséria real emoldurada pela miséria religiosa. A oração é um ato anódino, um “um suspiro da criatura oprimida” (Marx, 2010, 145), um apelo ante “um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidas” (Marx, 2010, 145). Ela inala mansamente o ópio que lhe é ideologicamente oferecido.

Assim, cruza-se a obra teatral *In nomine Dei* com o ensaio “O fator Deus”, um diálogo também com Karl Marx. Esse entrelaçamento traz à tona uma grande questão, dessas que roem o juízo, qual seja, “que precisamente por causa e em nome de Deus é que se tem permitido e justificado tudo” (Saramago, 2001). Trata-se da percepção do agenciamento ideológico sobre as lutas político-econômicas de aparente cunho religioso, de tal forma que tanto da força estética da peça teatral quanto da verve discursiva do ensaio emana o discurso marxista: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2011, 25).

Bibliografia

- Bernardo, Gustavo. *Literatura e Ceticismo*. Annablume, 2005.
- Bottomore, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Zahar, 2012.
- Eagleton, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Boitempo, 2019.
- Eco, Umberto. *Sobre a literatura*. Record, 2003.
- Iasi, Mauro. *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. Expressão Popular, 2011.
- Iasi, Mauro. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. ICP, 2017.
- Lopes, Vera. “Ensaio sobre a cegueira e Ensaio Sobre a lucidez: estética e engajamento promovidos por José Saramago, leitor de Karl Marx.” *José Saramago: A Escrita Infinita*, Carlos Nogueira (org.), Tinta Da China, Lisboa, 2022.
- Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Boitempo, 2007.
- Marx, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Expressão Popular, 2008.
- Marx, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843*. Boitempo, 2010.
- Marx, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Boitempo, 2011.
- Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Boitempo, 2013.
- Netto, José Paulo. *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora*. Boitempo, 2015.
- Netto, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. Expressão Popular, 2011.
- Saramago José. *Cadernos de Lanzarote: Diário I*. Caminho, 1994.
- Saramago José. *Da estátua à pedra e discursos de Estocolmo*. Ed.ufpa, 2013.
- Saramago José. *Ensaio sobre a Cegueira*. Porto Editora, 2014.
- Saramago, José. *In nomine Dei*. Companhia das Letras, 1993.
- Saramago, José. “O fator Deus.” *Jornal Folha de S.Paulo*, 19/09/2001.
- Williams, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Zahar Editores, 1971.
- Williams, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Boitempo, 2007.